



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

Anexo II – Parecer Atuarial DRAA 2015

COMPLEMENTO DO PARECER ATUARIAL

Fato Relevante Subsequente:

Em novembro de 2015 o IPREM entrou com MANDADO DE SEGURANÇA, COM PEDIDO DE LIMINAR, com o objetivo de:

90.- Ao final, requer seja concedida a ordem de segurança pleiteada nestes autos para que a autoridade coatora se abstenha de impor qualquer penalidade ao Município de São Paulo e ao Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, expedindo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) instituído pelo Decreto nº 3.788/2001, independentemente da apresentação do projeto de lei de segregação da massa ou qualquer das alternativas de equacionamento previstas na Portaria MPS nº 403/08, abstendo-se, também, de impor apontamentos restritivos junto ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV.

91.- Outrossim, requer digno-se Vossa Excelência em determinar à autoridade coatora que receba o DRAA elaborado pelo atuário do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, independentemente da apresentação de quaisquer das propostas de equacionamento previstas na Portaria MPS nº 403/08. Mandato de Segurança

Tendo como Decisão Liminar MS CRP São Paulo o seguinte:

Isto posto, DEFIRO a liminar para determinar que a autoridade coatora se abstenha de impor qualquer punição aos impetrantes em razão da não apresentação da lei de segregação de massa ou de qualquer das alternativas de equacionamentos previstas na Portaria MPS nº 403/2008, de forma que seja expedido o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, bem como autorizado o envio do DRAA, desde que este seja o único motivo impeditivo de sua expedição.